



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I - Termo de Referência

UASG: 070016

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições de aquisição futura de materiais de consumo (café, açúcar, adoçante e chá-mate), doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II - DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:
 - a) haver previsão de aquisições freqüentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de suprimento do estoque do almoxarifado para atendimento da demanda do Pleito Eleitoral 2020;
 - b) não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS, especialmente em função da equação: recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar ao TRE/MS o melhor aproveitamento desses recursos.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Pregão), deverá ser praticado pela empresa vencedora.
 - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
 - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III - DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, consta indicada abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTDE	PREÇO MÁXIMO		Intervalo mínimos entre laces sobre o valor unitário
				UNITÁRIO	TOTAL	
01	<p>Açúcar, tipo cristalizado, cor branca, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, aspecto granuloso fino a médio, 1ª qualidade, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, peneirada, livre de sujidades, embalagem lacrada com todas as informações necessárias, com prazo de validade não inferior a 08 (oito) meses da data da entrega. Embalagem com 2 kg.</p> <p><i>Produto(s) de referência: União, Sonora ou similar</i></p> <p>CATMAT: 463988</p>	Embalagem	3.600	4,72	16.992,00	0,01
02	<p>Adoçante dietético SUCRALOSE</p> <p>Adoçante dietético líquido sucralose (acesulfame de potássio), valor energético por cada gota igual ou inferior a 0,01 kcal. Prazo de validade não inferior a 24 meses da entrega. Frasco com no mínimo 75 ml.</p> <p><i>Produto(s) de referência: Adocyl, ZeroCal</i></p> <p>CATMAT: 436134</p>	Frasco	100	7,72	772,00	0,05
	<p>Café em pó, torrado e moído, tipo superior, sabor predominantemente arábico, podendo apresentar no máximo 20% de grãos tipo conilon/robusta.</p>					

03	<p>Embalagem: pacote de 500g, tipo vácuo, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 11 (onze) meses contados da data de entrega.</p> <p>O produto deverá apresentar Qualidade Global igual ou superior a 6,0 pontos.</p> <p>(Vide cláusula 2 deste Capítulo e as condições da entrega no Capítulo V)</p> <p>CATMAT: 463581</p>	Pacote	7.000	9,82	68.740,00	0,05
04	<p>Chá mate, embalagem a granel, erva mate tostado, constituído de folhas novas de erva mate, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico atóxico, fechado, contendo classificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, com prazo de validade não inferior a 01 (um) ano da data de entrega. Caixa com 250 g.</p> <p><i>Produto(s) de referência: Matte Leão ou similar</i></p> <p>CATMAT: 236613</p>	Caixa	6.000	4,22	25.320,00	0,01

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

2. PARA O ITEM 03 (café): A empresa deverá comprovar que o café ofertado é da CATEGORIA SUPERIOR.

2.1. A comprovação da categoria do café, **quando da apresentação da proposta**, poderá ser feita através de:

2.1.1. Laudo(s), emitido por laboratório credenciado junto ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde ou órgão oficial competente**, que demonstre que a nota de QUALIDADE GLOBAL é igual ou

superior a 6,00;

2.2. Folder do produto, com a indicação de que se trata de CAFÉ SUPERIOR;

2.3. Indicação de site do FABRICANTE, onde conste a informação de que se trata de CAFÉ SUPERIOR; ou

2.4. Qualquer outro documento capaz de comprovar que se trata de CAFÉ SUPERIOR.

2.2. A comprovação da qualidade do café (Nota de Qualidade Global igual ou superior a 6,00) será realizada quando da entrega das parcelas, na forma disciplinada no Capítulo V abaixo.

3. A indicação de produtos de referência feita na descrição dos itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

3.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos similares aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

3.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado se mantém de acordo com as especificações exigidas.

3.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 3.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Os materiais deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS, sito na Delegado José Alfredo Hardman, n.º 184, Jardim Veraneio, no horário de 12:00h às 17:30h , de segunda à sexta-feira, podendo ser agendada a entrega através do telefone (67) 3361-0016 (Flávia).

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Requisição de Fornecimento.

2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. Os recebimentos provisório e definitivo dos materiais ficarão a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até **2 (dois)** dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas no item 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até **5 (cinco)** dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

9.1. O recebimento definitivo do café somente se dará após a comprovação da qualidade do produto, nos termos do Capítulo V do presente Termo de Referência.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 15 (quinze) dias.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. No caso de não haver disponibilidade para entrega do material de acordo com a marca e/ou modelo cotado em proposta, o fornecedor poderá efetuar a entrega de material de marca/modelo diferente, desde que comprovada a equivalência entre eles.

11.1. Neste caso, o fornecedor deverá encaminhar solicitação formal ao TRE/MS, contendo o motivo da indisponibilidade do material cotado e as especificações do material substituto.

11.2. Competirá ao fornecedor comprovar a equivalência do material substituto.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja

comprovadamente baixa.

CAPÍTULO V – LAUDO COMPROBATÓRIO DA QUALIDADE DO CAFÉ A SER APRESENTADO NA ENTREGA DO PRODUTO

1. A cada requisição, no momento da entrega dos pacotes de café (item 03), a empresa contratada deverá encaminhar laudo emitido por laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde ou órgão oficial competente.

1.1. O laudo enviado deverá ser relativo ao lote produzido pelo fabricante e entregue ao TRE/MS, ou seja, deverá constar no laudo o NÚMERO DO LOTE, o qual deverá ser o mesmo indicado nas embalagens entregues.

1.2. Caso na entrega haja embalagens de diferentes lotes produzidos, deverá ser apresentado o laudo de cada lote entregue respectivamente.

1.3. O laudo poderá estar em nome do licitante, do fabricante ou de terceiros, mas deverá corresponder ao lote efetivamente entregue.

2. Para que sejam diluídos os custos com a emissão do laudo, o TRE/MS requisitará parcelas com, no mínimo, 1.000 (mil) pacotes de café.

3. Somente será aceito produto cuja Avaliação de Qualidade Global relativa ao lote entregue seja igual ou superior a **6,00** na Escala de Qualidade Global do Café.

4. Somente após conferir as informações do laudo apresentado, a Seção de Patrimônio e Almoxarifado promoverá o recebimento definitivo do material.

5. Não sendo enviado o laudo e/ou se a nota QG foi inferior a 6,00, a empresa terá o prazo de 15 dias para promover a substituição de todo o lote do café entregue.

6. Caso a empresa licitante não apresente o laudo relativo ao lote entregue e/ou não providencie tempestivamente a substituição de lote eventualmente reprovado, haverá a o cancelamento da Ata de Registro de Preços, equiparando-se a situação ao completo descumprimento da avença, cabendo à contratada arcar com as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (impedimento de licitar e multa).

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II deste Pregão).

CAPÍTULO IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 01/10/2020, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0904239** e o código CRC **3C2C1196**.

